



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, março/2009

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Lígia Helena da Cruz Ourives

Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 2, fevereiro 2009. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em fevereiro de 2009 foi deficitário em R\$ 926,2 milhões, contra superávit de R\$ 4,0 bilhões em janeiro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 1,6 bilhão, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 2,6 bilhões. O Banco Central, por sua vez, registrou superávit de R\$ 27,6 milhões. A redução do resultado do Governo Central no mês está associada ao comportamento sazonal das receitas tributárias em janeiro.

O resultado primário do Governo Central em fevereiro de 2009 foi deficitário em R\$ 926,2 milhões.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2008-2009

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JAN 2009	FEV 2009	JAN-FEV 2008	JAN-FEV 2009
I. RECEITA TOTAL	62.843,4	48.344,8	114.685,1	111.188,2
I.1. Receitas do Tesouro	50.690,2	35.003,7	91.292,0	85.693,9
I.1.1. Receita Bruta (1)	50.866,3	35.364,1	91.763,8	86.230,4
I.1.2. (-) Restituições	-176,1	-360,4	-471,9	-536,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	12.031,8	13.169,2	23.134,4	25.201,0
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	11.733,2	12.867,7	22.515,2	24.600,8
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	298,6	301,5	619,3	600,2
I.3. Receitas do Banco Central	121,4	171,9	258,7	293,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.457,2	10.934,3	21.567,8	21.391,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	52.386,2	37.410,5	93.117,3	89.796,7
IV. DESPESA TOTAL	48.410,6	38.336,7	72.537,5	86.747,3
IV.1. Despesas do Tesouro	29.896,0	22.436,0	41.970,7	52.332,1
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	16.495,0	11.181,5	22.077,3	27.676,5
IV.1.2. Custeio e Capital	13.346,9	11.146,7	19.801,8	24.493,6
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.465,5	1.553,8	2.481,3	3.019,3
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	1.077,8	186,0	609,2	1.263,7
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.386,5	1.467,8	2.395,3	2.854,3
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	9.417,2	7.939,1	14.315,9	17.356,3
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	7.923,4	6.728,7	11.941,3	14.652,1
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	1.493,8	1.210,4	2.374,6	2.704,2
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	54,2	107,8	91,7	162,0
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	18.369,5	15.756,4	30.250,7	34.125,9
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	14.689,1	12.599,5	24.302,9	27.288,5
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.680,5	3.156,9	5.947,8	6.837,4
IV.3. Despesas do Banco Central	145,0	144,3	316,1	289,3
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	-	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	3.975,6	-926,2	20.579,8	3.049,3
VI.1. Tesouro Nacional	10.336,9	1.633,3	27.753,4	11.970,3
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-6.337,7	-2.587,2	-7.116,2	-8.924,9
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-2.955,9	268,2	-1.787,7	-2.687,7
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.381,8	-2.855,4	-5.328,5	-6.237,2
VI.3. Banco Central (6)	-23,6	27,6	-57,4	4,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			4,63%	0,65%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2009/2008	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	-3,05%
Tesouro	-6,13%
Previdência	8,93%
Transferências	-0,82%
Receita Líquida	-3,57%
Despesas	19,59%
Benefícios	12,81%
Pessoal	25,36%
Custeio e Capital	23,69%
FAT	21,68%
Subsídios	107,42%
LOAS/RMV	19,16%
Outras	21,24%
Custeio	22,70%
Capital	13,88%
PIB estimado	4,45%

A evolução das receitas do Governo Central no mês decorreu de fatores sazonais, sobretudo, o recolhimento em janeiro relativo a fatos geradores apurados no último trimestre do ano anterior (IRPJ, CSLL e cota-parte de compensações financeiras).

Relativamente à receita bruta do Governo Central, houve redução de R\$ 15,5 bilhões (30,5%), passando de R\$ 50,9 bilhões em janeiro para R\$ 35,4 bilhões em fevereiro. Esta evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) recolhimento, em janeiro, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL e da cota-parte de compensações financeiras, relativo a fatos geradores apurados no último trimestre do ano anterior; ii) concentração da arrecadação decorrente de juros remuneratórios sobre capital próprio em janeiro, com impacto no IRRF – Rendimentos de Capital e IRRF – Remessas ao Exterior, sem contrapartida em fevereiro; iii) maior volume de vendas no mês de dezembro com impacto na arrecadação da Cofins em janeiro, sem contrapartida no mês em análise. No sentido contrário, houve ingresso de R\$ 1,3 bilhão de dividendos em fevereiro, sem correspondência no mês anterior.

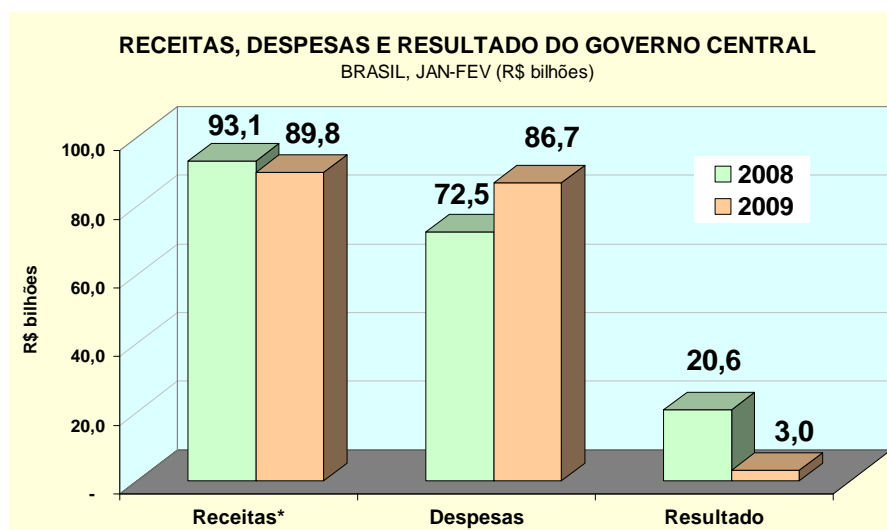
As transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo de 4,6% (R\$ 477,1 milhões) em termos nominais. A elevação de R\$ 808,5 milhões nas transferências de *royalties* foi parcialmente compensada pela redução de R\$ 609,6 milhões nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM).

Do lado dos dispêndios, verificou-se redução de R\$ 7,5 bilhões nas despesas do Governo Central em relação a janeiro decorrente, principalmente, da sazonalidade das despesas com pessoal e encargos (redução de R\$ 5,3 bilhões), e do decréscimo de R\$ 2,2 bilhões nas despesas de custeio e capital, explicada, principalmente pela redução de R\$ 1,5 bilhão nas ‘outras despesas de custeio e capital’, em função do pagamento de R\$ 1,5 bilhão de sentenças judiciais em janeiro frente a R\$ 95,0 milhões em fevereiro.

O déficit da Previdência Social reduziu-se 59,2% (R\$ 3,4 bilhões) relativamente a janeiro, passando de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 2,6 bilhões, em decorrência, principalmente, da diminuição do valor das despesas com precatórios judiciais referentes a benefícios previdenciários, as quais se concentraram em janeiro. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 268,2 milhões no mês, contra déficit de R\$ 3,0 bilhões em janeiro, enquanto que a parcela rural registrou déficit de R\$ 2,9 bilhões, perante déficit de R\$ 3,4 bilhões no mês anterior.

No bimestre o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 3,0 bilhões.

No bimestre, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 3,0 bilhões, contra R\$ 20,6 bilhões registrados em igual período de 2008. Tal evolução decorre de fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram redução nominal de 3,6% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 19,6%.



A receita bruta do Governo Central apresentou redução de 6,0% (R\$ 5,5 bilhões) relativamente ao primeiro bimestre de 2008, explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) forte antecipação de recolhimento, em janeiro e fevereiro de 2008, de ajuste de IRPJ e CSLL relativo ao ano de 2007, refletindo os lucros obtidos naquele ano; ii) redução de 16,0% no acumulado de dezembro de 2008 a janeiro de 2009 comparativamente a dezembro de 2007 e janeiro de 2008 na produção industrial, o que impacta a arrecadação do IPI; iii) compensação este ano de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE – Combustíveis no valor de R\$ 2,7 bilhões, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; iv) alteração da tabela de incidência do IPI – Automóveis para os fatos geradores de janeiro a março de 2009, e criação de mecanismo que permitiu que a nova tabela fosse aplicada também ao estoque de veículos ainda não negociados até 12 de dezembro de 2008 (Decreto nº 6.687/2008).

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 24,7% em termos nominais relativamente às verificadas no mesmo período de 2008, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores: i) elevação de R\$ 2,3 bilhões no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) maior dinâmica das despesas discricionárias, as quais se elevaram em R\$ 3,3 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde superior em R\$ 2,0 bilhões ao realizado no ano anterior. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em R\$ 596,3 milhões (66,4%).

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 25,4% (R\$ 1,8 bilhão) relativamente à mesma base de comparação de 2008, passando de R\$ 7,1 bilhões para R\$ 8,9 bilhões. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 2,1 bilhões (8,9%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que re-

A evolução das receitas do Governo Central no bimestre decorreu de fatores atípicos, sobretudo, a compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE – Combustíveis no valor de R\$ 2,7 bilhões.

O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2009 decorreu, sobretudo, do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal e da dinâmica das despesas discricionárias.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-FEV (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	23.134,4	25.201,0	8,9%
Urbano	22.515,2	24.600,8	9,3%
Rural	619,3	600,2	-3,1%
Benefícios	30.250,7	34.125,9	12,8%
Urbano	24.302,9	27.288,5	12,3%
Rural	5.947,8	6.837,4	15,0%
Res. Primário	-7.116,2	-8.924,9	25,4%
Urbano	-1.787,7	-2.687,7	50,3%
Rural	-5.328,5	-6.237,2	17,1%

percuta nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 3,9 bilhões (12,8%) em decorrência do aumento de 13,5% no valor médio benefícios pagos, consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, e da elevação de 3,2% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação de R\$ 652,9 milhões no pagamento com precatórios judiciais de benefícios previdenciários.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 2,7 bilhões, que corresponde a 30,1% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 6,2 bilhões (69,9% do déficit do RGPS).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional decresceu relativamente ao mês anterior em função, sobretudo, de fatores sazonais.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 35,4 bilhões em fevereiro contra R\$ 50,9 bilhões verificados em janeiro de 2009 (decréscimo de 30,5%). Este comportamento é explicado pela diminuição de R\$ 10,1 bilhões nas receitas de impostos federais, de R\$ 4,5 bilhões nas contribuições, e de R\$ 979,2 milhões nas demais receitas.

As receitas de impostos e contribuições federais totalizaram R\$ 30,3 bilhões este mês, apresentando decréscimo de 32,4% em relação ao valor apurado em janeiro (R\$ 44,9 bilhões). Esta evolução reflete: i) a diminuição de R\$ 4,1 bilhões no IRPJ e de R\$ 1,9 bilhão da CSLL, em função do pagamento, no mês de janeiro, da 1ª cota ou cota única relativa ao resultado apurado no último trimestre de 2008, além da antecipação do recolhimento do item Declaração de Ajuste referente ao lucro obtido no exercício anterior; ii) a queda de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Trabalho; iii) o decréscimo de R\$ 1,4 bilhão do IRRF – Rendimentos de Capital e de R\$ 1,1 bilhão do IRRF – Remessas ao Exterior, em função da concentração da arrecadação decorrente de juros remuneratórios sobre capital próprio no mês de janeiro; e iv) a diminuição de R\$ 1,5 bilhão na arrecadação da COFINS, de R\$ 396,0 milhões do PIS/Pasep e de R\$ 392,9 milhões de IPI, devido ao maior volume de vendas no mês de dezembro em relação ao mês de janeiro, o que determina variação negativa na arrecadação dos tributos com fato gerador no mês anterior.

As demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, totalizaram R\$ 5,0 bilhões em fevereiro contra R\$ 6,0 bilhões registrados em janeiro de 2009, apresentando redução de R\$ 979,2 milhões (816,3%). Tal desempenho advém da queda de R\$ 1,9 bilhão na arrecadação da cota parte de compensações financeiras, devido ao pagamento trimestral, em janeiro, de *royalties* relativos à extração de petróleo e gás natural e do incremento de R\$ 1,3 bilhão na receita de dividendos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/09	FEV/09
Impostos	26.486,0	16.411,2
Imposto de Renda	21.053,1	11.621,7
IPI	2.484,1	2.091,2
Outros	2.948,8	2.698,3
Contribuições	18.378,6	13.930,3
Cofins	9.083,7	7.538,6
CPMF	13,6	7,8
CSLL	5.103,0	3.212,6
Cide - Combustíveis	28,0	35,1
Outras	4.150,3	3.136,3
Demais	6.001,7	5.022,6
Cota parte	2.595,3	742,9
Diretamente Arrecadada	2.073,1	2.006,0
Dividendos da União	61,9	1.344,8
Concessões	214,7	16,2
Outras	1.056,8	912,8
Total Bruto	50.866,3	35.364,1

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

No primeiro bimestre de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R\$ 86,2 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 5,5 bilhões (6,0%) quando comparada ao mesmo período de 2008. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 18,6% nos dois primeiros meses do ano.

A diminuição na arrecadação de impostos e contribuições é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) queda de R\$ 2,6 bilhões (15,0%) na arrecadação de IRPJ, refletindo: i) a redução da lucratividade das empresas quando se compara o último trimestre de 2008 com o último de 2007; ii) a elevada antecipação, em janeiro e fevereiro de 2008, do recolhimento do ajuste relativo ao ano de 2007, devido por contribuintes tributados com base no lucro real; e iii) o recolhimento atípico, em fevereiro de 2008, de R\$ 280 milhões de IRPJ;
- b) decréscimo de R\$ 2,6 bilhões (13,6%) na Cofins e de R\$ 415,5 milhões (4,1%) no PIS/Pasep, refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 1,9 bilhão, nos meses de janeiro e fevereiro de 2009; e ii) as desonerações promovidas por meio das Leis nºs 11.774 e 11.787 e pela Medida Provisória nº 451, todas de 2008;
- c) redução de R\$ 1,3 bilhão na arrecadação da CIDE-Combustíveis, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, em janeiro e fevereiro de 2009, no valor de R\$ 700 milhões;
- d) decréscimo de R\$ 1,3 bilhão (21,9%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Automóveis, decorrente da alteração da tabela de incidência do imposto para os fatos geradores de janeiro a março de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12/12/2008, conforme Decreto nº 6.687/2008); e ii) IPI – Outros, decorrente da queda de 16,0% na produção industrial de dezembro de 2008 a janeiro de 2009 em relação a dezembro de 2007 a janeiro de 2008. As arrecadações desse tributo também foram afetadas pelas desonerações constantes na Lei nº 11.774, na Medida Provisória nº 451 e no Decreto nº 6.696, todos de 2008;
- e) elevação de R\$ 2,6 bilhões (18,7%) no IRRF, principalmente devido: i) ao crescimento de 10,7% no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do crescimento de 18,2% da massa salarial no período de dezembro de 2008 a janeiro de 2009, da diferença de fatos geradores, em conformidade com a regra de transição constante na Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único); ii) ao incremento de R\$ 1,0 bilhão (33,2%) no IRRF – Rendimentos do Capital, com

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2009 está sendo influenciada por fatores sazonais e por mudanças na arrecadação de tributos e contribuições.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Impostos	43.948,3	42.897,2
Imposto de Renda	32.829,5	32.674,8
IPI	5.860,7	4.575,3
Outros	5.258,1	5.647,0
Contribuições	36.860,9	32.309,0
Cofins	19.239,2	16.622,3
CPMF	899,6	21,4
CSLL	8.051,8	8.315,6
Cide - Combustíveis	1.342,2	63,0
Outras	7.328,2	7.286,6
Demais	10.954,6	11.024,3
Cota parte	4.247,7	3.338,2
Diretamente Arrecadada	3.723,3	4.079,1
Dividendos da União	819,1	1.406,7
Concessões	324,4	230,8
Outras	1.840,0	1.969,6
Total Bruto	91.763,8	86.230,4

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

destaque para os itens juros de capital próprio e operações de *swap*; e ao aumento de R\$ 569,4 milhões (36,9%) do IRRF – Remessas ao Exterior, principalmente devido aos itens relativos a juros sobre capital próprio;

- f) aumento de R\$ 144,6 milhões (5,1%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com o Decreto nº 6.306/2007 e os Decretos nº 6.339 e nº 6.345, ambos de 2008. Cumpre salientar que contribuiu significativamente para esse resultado a arrecadação atípica de R\$ 167 milhões, em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores;
- g) elevação de R\$ 251,1 milhões (10,3%) no Imposto de Importação, decorrente da redução de 28,2% no valor em dólar das importações tributadas e da elevação de 21,6% na alíquota média do imposto e de 31,8% na taxa média de câmbio; e
- h) redução de R\$ 878,1 milhões na arrecadação da CPMF, em decorrência de extinção desta contribuição para fatos geradores a partir de janeiro de 2008.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Demais	10.954,6	11.024,3
Cota parte	4.247,7	3.338,2
Plano do Servidor (CPSS)	1.198,0	1.246,9
Diretamente Arrecadada	3.723,3	4.079,1
Dividendos da União	819,1	1.406,7
Concessões	324,4	230,8
Outras	642,0	722,6

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 69,7 milhões (0,6%) em relação ao primeiro bimestre de 2008, decorrente do aumento da arrecadação de dividendos em R\$ 587,6 milhões e de R\$ 355,7 milhões nas receitas diretamente arrecadadas, praticamente compensados pela diminuição de R\$ 909,5 milhões nas receitas de cota-parte de compensações financeiras.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/09	FEV/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.888,8	8.279,2
CIDE-Combustíveis	273,9	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	1.132,0	2.492,6
Total	10.457,2	10.934,3

¹ Inclui auxílio financeiro

Em fevereiro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 10,9 bilhões, contra R\$ 10,5 bilhões em janeiro de 2009, apresentando aumento de R\$ 477,1 milhões. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 8,3 bilhões, com decréscimo de R\$ 609,6 milhões (6,9%) frente a janeiro de 2009, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no primeiro e segundo decêndios de fevereiro. Por outro lado, as transferências referentes à CIDE-Combustíveis, que totalizaram R\$ 273,9 milhões em janeiro, não tiveram correspondência em fevereiro, pois estas somente ocorrem nos meses subsequentes ao encerramento de cada trimestre.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
Decêndio	Jan/09	FeV/09
Terceiro Decêndio	9.221,2	12.842,4
Primeiro Decêndio	3.748,0	1.451,1
Segundo Decêndio	6.620,0	3.965,9
Total	19.589,2	18.259,4

Na comparação entre o primeiro bimestre de 2009 e o de 2008, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, decréscimo de R\$ 176,2 milhões (0,8%), diminuindo de R\$ 21,6 bilhões em 2008 para R\$ 21,4 bilhões em 2009. Tal desempenho é explicado pela redução de R\$ 631,8 milhões (3,5%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e

FPM), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em janeiro de 2009 comparativamente a janeiro de 2008, e pela elevação de R\$ 309,8 milhões nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, parcialmente compensadas pela redução de R\$ 197,7 milhões nas transferências da CIDE-Combustíveis.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 22,4 bilhões em fevereiro, contra R\$ 29,9 bilhões no mês anterior. A redução de R\$ 7,5 bilhões (25,0%) decorre, por um lado, da sazonalidade das despesas com pessoal e encargos (redução de R\$ 5,3 bilhões), e, também, do decréscimo de R\$ 2,2 bilhões (16,5%) nas despesas de custeio e capital.

As despesas de pessoal e encargos sociais passaram de R\$ 16,5 bilhões em janeiro para R\$ 11,2 bilhões em fevereiro. A redução de 32,2% é explicada pela concentração dos pagamentos relativos às férias dos servidores em dezembro, assim como do 13º salário do funcionalismo público do Poder Executivo naquele mês, com impacto financeiro no mês de janeiro, sem equivalente em fevereiro de 2009.

Os gastos com custeio e capital totalizaram R\$ 11,1 bilhões em fevereiro, redução de R\$ 2,2 bilhões (16,5%) em relação ao mês anterior. A principal razão foi a redução de 15,7% na rubrica “outras despesas de custeio e capital”, que passaram de R\$ 9,4 bilhões para R\$ 7,9 bilhões, em decorrência do pagamento de R\$ 1,5 bilhão de sentenças judiciais em janeiro frente a R\$ 95,0 milhões em fevereiro. Por outro lado, houve redução de R\$ 891,8 milhões (82,7%) nas despesas de subsídios e subvenções sociais.

No caso dos gastos com subsídios, subvenções e reordenamento de passivos, a redução pode ser explicada, principalmente, pelo dispêndio inferior em R\$ 619,2 milhões (82,1%) em relação ao mês anterior nas despesas de operações oficiais de crédito, cujo destaque foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com gastos de R\$ 7,2 milhões no mês em análise, frente à despesa de R\$ 222,8 milhões em janeiro (redução de 96,8%). Os gastos do Programa de Sustentação de Preços passaram de R\$ 106,5 milhões em janeiro para R\$ 35,0 milhões em fevereiro, desempenho inferior em R\$ 71,5 milhões (67,1%). Também verificou-se desempenho inferior em relação ao mês anterior no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações – Proex, que passou de gasto de R\$ 89,9 milhões, em janeiro, para retorno líquido de R\$ 110,3 milhões, em fevereiro, variação negativa de 222,6%.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (IR/IPI/outros)	17.799,9	17.168,1
CIDE - Combustíveis	471,6	273,9
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	15,2	325,0
Demais	3.281,1	3.624,6
Total	21.567,8	21.391,6

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008-2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/09	FEV/09
Pessoal e Encargos	16.495,0	11.181,5
Custeio e Capital	13.346,9	11.146,7
Despesas do FAT	1.465,5	1.553,8
Subsídios e Subvenções ¹	1.077,8	186,0
LOAS/RMV	1386,5	1467,8
Outras	9.417,2	7.939,1
Transferência ao Bacen	54,2	107,8

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	JAN/09	FEV/09
Agricultura	680,8	271,5
Custeio Agropecuário	105,4	71,8
Investimento Rural	15,9	0,0
Preços Agrícolas	249,5	130,4
- EGF	2,3	8,5
- AGF	140,7	86,9
- Sustent. de preços	106,5	35,0
Pronaf	222,8	7,2
Pesa	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	66,2	58,1
FUNCAFÉ	21,0	4,0
Outros	73,0	-136,9
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-16,9	-26,6
Exportação (Proex)	89,9	-110,3
Total	753,8	134,6

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2008-2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/09	FEV/09
Sentenças Judiciais	1.480,6	95,0
Legislativo/Judiciário	400,8	413,6
Crédito Extraordinário ¹	163,8	138,0
Projeto Piloto de Investimento ²	337,5	441,0
Outras ³	63,1	58,0
Discrecionárias	6.971,5	6.793,5
d/q Min. da Saúde	3.434,7	3.364,1
Min. do Des. Social	998,5	1.077,8
Min. da Educação	610,1	626,3
Min. da Defesa	279,1	361,3
Min. da Ciência e Tec.	173,8	200,5
Min. do Des. Agrário	124,8	112,7
Min. da Justiça	156,5	124,0
Min. da Previdência	64,7	108,3
Min. das Cidades	95,5	60,1
Demais	1.033,7	758,5
Total	9.417,2	7.939,1

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) registraram acréscimo de R\$ 88,4 milhões (6,0%). Os benefícios assistenciais (LOAS/RMV) atingiram R\$ 1,5 bilhão (variação de 6,9%) em relação ao mês anterior.

No primeiro bimestre de 2009, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 52,3 bilhões, aumento de R\$ 10,4 bilhões em relação a igual período de 2008 (24,7%). Destaca-se o acréscimo de R\$ 5,6 bilhões (25,4%) em pessoal e encargos sociais, e crescimento de R\$ 4,7 bilhões (23,7%) nos gastos com custeio e capital. As despesas do FAT aumentaram R\$ 538,0 milhões (21,7%) e as despesas com subsídios e subvenções econômicas cresceram R\$ 654,5 milhões (107,4%). Registrou-se, também, aumento de R\$ 459,0 milhões com LOAS/RMV (19,2%).

A elevação das despesas com pessoal e encargos sociais decorreu, principalmente, do pagamento de R\$ 4,4 bilhões em precatórios e sentenças judiciais, crescimento de R\$ 2,3 bilhões em relação ao ano de 2008. Além disso, a despesa também foi influenciada pela reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores públicos federais. Destaca-se que as tabelas de remuneração atualizadas impactaram o pagamento de 13º salário, no caso do Poder Executivo, e de férias dos servidores ocorrido no mês de janeiro deste ano.

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	9,43%	11,26%
Pessoal e Encargos	4,96%	5,96%
Custeio e Capital	4,45%	5,27%
Despesas do FAT	0,56%	0,65%
Subsídios e Subvenções ¹	0,14%	0,27%
LOAS/RMV	0,54%	0,61%
Outras	3,22%	3,73%
Transferência ao Bacen	0,02%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

As despesas com custeio e capital evoluíram 23,7% em relação ao primeiro bimestre de 2008, enquanto que os gastos com o FAT cresceram 21,7%.

Nos gastos de custeio e capital, o acréscimo de R\$ 4,7 bilhões (23,7%) explica-se pelo aumento de R\$ 3,0 bilhões (21,2%) na rubrica de 'outras despesas de custeio e capital'; pelo aumento de R\$ 654,5 milhões (107,4%) nas despesas de subsídios e subvenções sociais; e pelo crescimento de R\$ 459,0 milhões (19,2%) nas despesas de LOAS/RMV.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2008	2009
Agricultura	610,6	952,3
Custeio Agropecuário	91,6	177,2
Investimento Rural	19,9	15,9
Preços Agrícolas	94,0	379,9
- EGF	2,3	10,8
- AGF	-98,2	227,6
- Sustent. de preços	190,0	141,5
Pronaf	258,3	229,9
Pesa	68,4	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	74,2	124,3
FUNCAFÉ	4,1	25,0
Outros	-263,6	-63,9
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-120,2	-43,6
Exportação (Proex)	-143,4	-20,3
Total	347,0	888,4

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

² Dados revisados

As despesas com o FAT passaram de R\$ 2,5 bilhões nos dois primeiros meses de 2008 para R\$ 3,0 bilhões no mesmo período de 2009 (21,7%). Explica-se tal incremento, no caso do seguro desemprego, pelo aumento do salário mínimo e do número de trabalhadores beneficiados em função do aumento da suspensão do contrato de trabalho.

A elevação de 19,2% nas despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), por sua vez, é explicado principalmente pelo aumento do salário mínimo de 12,1% no período e pelo aumento da média de concessão de benefícios. Até fevereiro de 2009, o número de benefícios concedidos foi de 2.961.813, sendo que 1.437.535 relativo aos idosos e 1.524.277 aos portadores de necessidades especiais, cujo crescimento médio foi de 9% frente aos 10% dos idosos.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2008-2009**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan-fev/01	1.225.738	-	411.513	-	814.225	-
média jan-fev/02	1.357.874	11%	482.675	17%	875.200	7%
média jan-fev/03	1.576.513	16%	593.803	23%	982.710	12%
média jan-fev/04	1.731.012	10%	690.604	16%	1.040.408	6%
média jan-fev/05	2.085.175	20%	948.443	37%	1.136.732	9%
média jan-fev/06	2.306.660	11%	1.081.598	14%	1.225.062	8%
média jan-fev/07	2.494.631	8%	1.193.925	10%	1.300.706	6%
média jan-fev/08	2.709.364	9%	1.309.432	10%	1.399.932	8%
média jan-fev/09	2.961.813	9%	1.437.536	10%	1.524.277	9%

Despesas com LOAS/RMV em 2009 foram 19,2% maiores do que no mesmo período em 2008, em decorrência do aumento do salário mínimo e da média de concessão de benefícios.

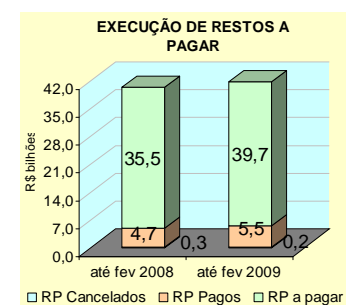
Os demais gastos de custeio e capital passaram de R\$ 14,3 bilhões em 2008 para R\$ 17,4 bilhões este ano, aumento de 21,2%, equivalente a R\$ 3,0 bilhões. Do referido aumento, parcela representativa – R\$ 3,3 bilhões – refere-se às despesas discricionárias. Por outro lado, houve redução de R\$ 596,3 milhões nos créditos extraordinários em relação ao mesmo período de 2008 (66,4%) enquanto que, na rubrica sentenças judiciais registrou-se o incremento de R\$ 240,9 milhões.

Os investimentos realizados no âmbito do Governo Federal (Tabela A8) passaram de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 2,7 bilhões (13,9%). Destacam-se os seguintes Ministérios: i) Transportes (R\$ 699,7 milhões); ii) Defesa (R\$ 336,4 milhões); iii) Justiça Federal (R\$ 256,5 milhões); iv) Cidades (R\$ 245,0 milhões); e v) Educação (R\$ 231,9 milhões). Os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI) – parcela dedutível da meta de superávit primário – foram de R\$ 778,5 milhões em 2009, frente a R\$ 638,5 milhões no ano anterior, o que equivale a um crescimento de 21,9% nessa despesa.

Com relação aos restos a pagar (RP), no âmbito do Poder Executivo (Decreto de Programação Financeira), foi inscrito para 2009 o montante líquido de R\$ 45,2 bilhões, dos quais R\$ 32,9 bilhões (72,7%) correspondem a investimentos (inclusive PPI) e R\$ 12,3 bilhões (27,3%) são relativos a custeio. Das despesas discricionárias e do PPI, foram pagos até fevereiro R\$ 5,5 bilhões, equivalentes a 12,2% do total inscrito (menos cancelamentos), sendo R\$ 3,8 bilhões relativos a custeio. A execução dos restos a pagar relativos aos investimentos totalizou R\$ 1,7 bilhão, sendo os maiores dispêndios registrados nos seguintes Ministérios: a) Transportes, R\$ 492,5 milhões; b) Defesa, R\$ 218,0 milhões; e c) Educação, R\$ 184,3 milhões.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Sentenças Judiciais	1.334,7	1.575,7
Legislativo/Judiciário	786,9	814,3
Crédito Extraordinário ¹	898,0	301,7
Projeto Piloto de Investimento ²	638,5	778,5
Outras ³	152,2	121,1
Discricionárias	10.505,6	13.764,9
d/q Min. da Saúde	4.787,8	6.798,9
Min. do Des. Social	1.830,6	2.076,4
Min. da Educação	1.373,2	1.236,4
Min. da Defesa	332,8	640,3
Min. da Ciência e Tec.	286,9	374,3
Min. do Des. Agrário	229,7	237,5
Min. da Previdência	84,3	173,0
Min. da Justiça	140,3	280,5
Min. dos Transportes	173,7	224,4
Demais	1.266,2	1.723,4
Total	14.315,9	17.356,3

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3o da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).
³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.



Previdência Social

Em fevereiro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,6 bilhões, inferior em R\$ 3,8 bilhões ao registrado em janeiro (queda de 59,2%). A redução do déficit global se deve principalmente à diminuição do valor das despesas com precatórios judiciais referentes a benefícios previdenciários, as quais se concentraram em janeiro. Contribuiu também a elevação da arrecadação líquida, decorrente em particular da redução sazonal nas transferências a terceiros. No primeiro bimestre do ano, observou-se incremento do déficit no montante de R\$ 1,8 bilhão (25,4%).

Em fevereiro de 2009, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,6 bilhões. No primeiro bimestre do ano, o déficit atingiu R\$ 8,9 bilhões, equivalentes a 1,92% do PIB.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JAN	FEV	JAN-FEV	
	2009	2009	2008	2009
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	12.031,8	13.169,2	23.134,4	25.201,0
Arrecadação Bruta	14.463,8	14.633,0	26.563,7	29.096,8
- Contribuição Previdenciária	13.759,5	13.767,7	24.542,7	27.527,2
- Simples	541,6	748,6	1.676,7	1.290,1
- CFT	45,2	2,8	136,4	48,0
- Depósitos Judiciais	91,4	93,1	160,1	184,6
- Refis	26,2	20,7	47,9	46,9
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-13,0	-45,6	-42,1	-58,6
(-) Transferências a Terceiros	-2.419,0	-1.418,1	-3.387,3	-3.837,1
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	18.369,5	15.756,4	30.250,7	34.125,9
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-6.337,7	-2.587,2	-7.116,2	-8.924,9
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,60%	-1,92%

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-FEV (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	23.134,4	25.201,0	8,9%
Urbano	22.515,2	24.600,8	9,3%
Rural	619,3	600,2	-3,1%
Benefícios	30.250,7	34.125,9	12,8%
Urbano	24.302,9	27.288,5	12,3%
Rural	5.947,8	6.837,4	15,0%
Res. Primário	-7.116,2	-8.924,9	25,4%
Urbano	-1.787,7	-2.687,7	50,3%
Rural	-5.328,5	-6.237,2	17,1%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-FEV			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Quantidade RGPS*	22,1	22,8	3,2%
Valor médio RGPS**	560,8	636,5	13,5%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 13,2 bilhões em fevereiro, representando elevação de R\$ 1,1 bilhão (9,5%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. A principal razão foi a redução das transferências a terceiros em fevereiro (R\$ 1,4 bilhão neste mês, contra R\$ 2,4 bilhões no mês anterior), fenômeno periódico que reflete o incremento sazonal dessas transferências em janeiro, devido ao impacto das contribuições sobre as gratificações natalinas sobre o valor dos repasses devidos a terceiras entidades (FNDE, Sesi, Senai, Sesc e outros). Em relação ao primeiro bimestre de 2008, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 2,1 bilhões (8,9%). Isso se explica sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009 foi 18,2% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008.

As despesas com benefícios em fevereiro alcançaram o montante de R\$ 15,8 bilhões, importando decréscimo de R\$ 2,6 bilhões (14,2%) com relação ao mês anterior. Isso se deve, sobretudo, a um fenômeno conjuntural, uma vez que em janeiro de 2009 observou-se forte concentração no pagamento de precatórios judiciais referentes a benefícios previdenciários, sem correspondência no mês seguinte (R\$ 3,1 bilhões em janeiro, contra R\$ 169,2 milhões em fevereiro). Em relação ao primeiro bimestre de 2008, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 3,9 bilhões (12,8%). Isso é explicado, principalmente, por três fatores: i) aumento de R\$ 75,77 (13,5%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 705,1 mil (3,2%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) elevação de R\$ 652,9 milhões (25,4%) no pagamento com precatórios judiciais de benefícios previdenciários.

No estoque de benefícios do primeiro bimestre de 2009, comparado ao período correspondente em 2008, destacam-se os aumentos de 583,7 mil aposentadorias (4,1%) e de 184,1 mil pensões por morte (3,0%), bem como a redução de 76,2 mil benefícios de auxílio-doença (5,8%).

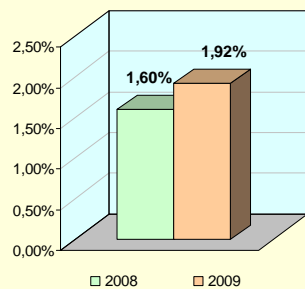
TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

	Em mil benefícios			
	JAN		FEV	
	2009	2009	2008	2009
Benefícios do RGPS	22.784	22.816	22.095	22.800
Previdenciários	21.984	22.022	21.328	22.003
Aposentadorias	14.502	14.551	13.948	14.527
Idade	7.526	7.555	7.217	7.540
Invalidez	2.842	2.848	2.766	2.845
Tempo de contribuição	4.135	4.148	3.964	4.141
Pensão por morte	6.287	6.305	6.111	6.296
Auxílio-Doença	1.096	1.069	1.186	1.082
Salário - maternidade	54	52	43	53
Outros	46	46	40	46
Acidentários	800	794	767	797
Aposentadorias	154	154	149	154
Pensão por morte	128	128	129	128
Auxílio - doença	166	160	135	163
Auxílio - acidente	273	273	271	273
Auxílio - suplementar	79	78	82	79

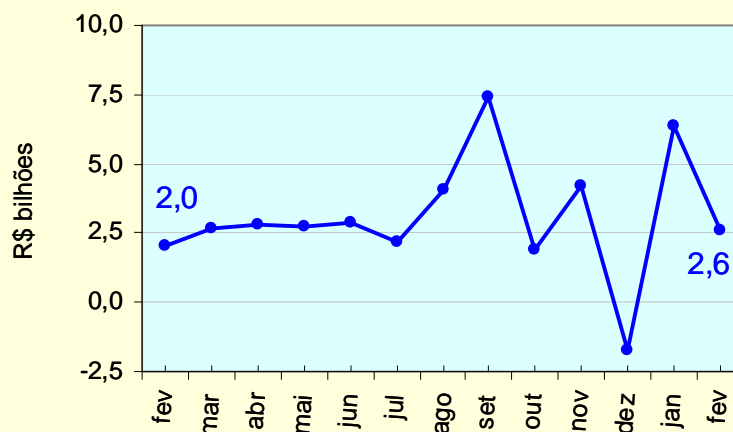
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	5,20%	5,42%
Urbano	5,06%	5,29%
Rural	0,14%	0,13%
Benefícios	6,80%	7,34%
Urbano	5,46%	5,87%
Rural	1,34%	1,47%
Res. Primário	-1,60%	-1,92%
Urbano	-0,40%	-0,58%
Rural	-1,20%	-1,34%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,22 ponto percentual em relação ao primeiro bimestre do ano passado. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários elevaram-se de 0,54 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,92% do PIB, 0,32 ponto percentual maior que o mesmo nível registrado em janeiro de 2008.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008/2009



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN totalizou R\$ 848,2 bilhões em fevereiro, perfazendo o equivalente a 28,8% do PIB. Em relação ao mês anterior, houve crescimento de R\$ 6,1 bilhões em termos nominais e de 0,4 ponto percentual em proporção do PIB. O crescimento de R\$ 29,2 bilhões observado na dívida interna e de R\$ 2,5 bilhões na dívida externa foi compensado em grande parte pela expansão de R\$ 25,6 bilhões nos haveres do Tesouro Nacional.

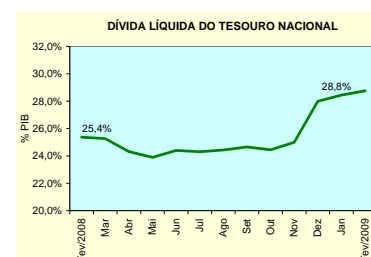
Em fevereiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 848,2 bilhões ou 28,8% do PIB.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	FEV	JAN	FEV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	602.298	711.250	714.964
I.1. Dívida Interna	1.605.711	1.685.119	1.714.352
I.2. Haveres Internos	1.003.412	973.868	999.388
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	102.934	130.837	133.224
II.1. Dívida Externa	103.213	131.144	133.600
II.2. Haveres Externos	279	307	376
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	705.232	842.087	848.188
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	25,4%	28,4%	28,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB aumentou 3,3 pontos percentuais, passando de 25,4% em fevereiro de 2008 para 28,8% em fevereiro de 2009. Em termos nominais, o crescimento foi de R\$ 143,0 bilhões no mesmo período, resultado do crescimento de R\$ 112,7 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida e de R\$ 30,3 bilhões no saldo da Dívida Externa Líquida.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de fevereiro com saldo de R\$ 715,0 bilhões, equivalente a 24,2% do PIB. Em comparação ao mês anterior, observou-se aumento de R\$ 3,7 bilhões em termos nominais e 0,2 p.p. do PIB. Comparativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, cresceu 2,6 p.p., passando de 21,7% em fevereiro de 2008 para 24,2% em fevereiro de 2009.

Dívida Interna Líquida

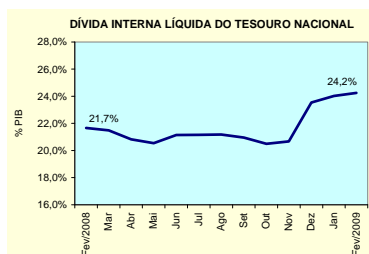


TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008 FEV	2009 JAN	2009 FEV
I. DÍVIDA INTERNA	1.605.711	1.685.119	1.714.352
I.1. Dívida Mobiliária	1.583.189	1.662.785	1.692.137
DPMFi em Poder do Público ¹	1.242.164	1.221.097	1.247.399
DPMFi em Poder do Banco Central	356.221	462.366	465.516
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(15.197)	(20.679)	(20.778)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.522	22.334	22.215
II. HAVERES INTERNOS	1.003.412	973.868	999.388
II.1. Disponibilidades Internas	282.700	166.238	182.233
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	419.403	450.168	450.194
II.3. Haveres da Administração Indireta	193.691	205.422	210.270
II.4. Haveres Administrados pela STN	107.618	152.040	156.691
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	602.298	711.250	714.964
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,7%	24,0%	24,2%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2008/2009

Título	R\$ bilhões		
	2008 FEV	2009 JAN	2009 FEV
Em Poder do Público	1.242	1.221	1.247
LFT	428	471	482
LTN	312	178	188
NTN-B	255	305	306
NTN-C	66	58	58
NTN-F	132	164	166
Demais ¹	50	46	46
Aplic. em Tit. Púb.	-15	-21	-21
Na carteira do BCB	356	462	466
Total	1.583	1.663	1.692
% PIB	56,95%	56,16%	57,38%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi, principal componente da dívida interna, cresceu, comparativamente ao mês de janeiro de 2009, R\$ 29,4 bilhões em termos nominais (1,2 p.p. em relação ao PIB). Tal variação no mês decorreu da emissão de R\$ 23,7 bilhões, parcialmente compensada pelo resgate de R\$ 9,8 bilhões, e da apropriação de juros no valor de R\$ 15,5 bilhões. Em relação ao ano anterior, o aumento foi de R\$ 108,9 bilhões em termos nominais e de 0,4 p.p. em proporção do PIB, passando de 56,9% para 57,4% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, o aumento foi de R\$ 26,3 bilhões. Verificou-se R\$ 23,7 bilhões de emissões, R\$ 8,7 bilhões de resgates, e apropriação de juros de R\$ 11,4 bilhões. Na carteira do Banco Central os resgates somaram R\$ 1,0 bilhão e a apropriação de juros R\$ 4,2 bilhões, enquanto que as emissões do Tesouro para o Banco foram nulas no mês.

Em relação à dívida em poder do público, as variações mais expressivas ocorreram nos estoques de LFT, cuja emissão líquida alcançou R\$ 7,7 bilhões e a apropriação de juros de R\$ 4,0 bilhões; de LTN, com emissão líquida de R\$ 8,5 bilhões e juros de R\$ 1,5 bilhão; e ainda de NTN-B, considerado o resgate líquido de R\$ 1,3 bilhão e a apropriação de juros de R\$ 3,2 bilhões.

Em fevereiro, a Dívida Interna Líquida totalizou R\$ 715,0 bilhões, equivalentes a 24,2% do PIB.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, FEV/2009

Título	Saldo Jan/09	Fatores de Variação ¹			Saldo Fev/09
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	
Em poder do público	1.221,1	23,7	-8,7	11,4	1.247,4
LFT	470,6	8,7	-1,1	4,0	482,3
LTN	178,1	10,6	-2,1	1,5	188,1
NTN-B	304,5	3,8	-5,1	3,2	306,5
NTN-C	57,5	0,0	0,0	0,5	58,1
NTN-F	164,3	0,4	0,0	1,4	166,1
Demais ⁴	46,0	0,1	-0,4	0,7	46,4
Na carteira do BCB	462,4	0,0	-1,0	4,2	465,5
Total	1.683,5	23,7	-9,8	15,5	1.712,9

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2008/2009

R\$ bilhões

Discriminação	2009		
	FEV	JAN	FEV
Lei 9.496/97	292,4	319,1	319,8
MP 2.185/01	45,4	50,1	50,3
Lei 8.727/93	43,2	41,4	41,0
Antecipação de Royalties	13,3	12,9	12,2
Bônus Renegociados	7,2	8,9	9,1
Lei 7.976/89	1,7	1,1	1,1
Demais Haveres	16,3	16,7	16,7
Total	419,4	450,2	450,2
% PIB	15,09%	15,20%	15,27%

Por outro lado, os Haveres do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 25,6 bilhões em relação ao mês anterior, o equivalente a 1,0 p.p. do PIB. Houve aumento principalmente nas disponibilidades internas, no valor de R\$ 16,0 bilhões, nos haveres da Administração Indireta, no montante de R\$ 4,8 bilhões, e nos haveres administrados pela STN, elevação de R\$ 4,7 bilhões.

No caso dos saldos dos haveres da administração indireta, observou-se aumento de R\$ 1,3 bilhão nas disponibilidades do FAT, de R\$ 647,1 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais e 2,9 bilhões nos saldos dos demais fundos.

Por seu turno, a variação positiva observada no saldo dos haveres administrados pela STN decorreu da atualização regular dos contratos, sendo observado crescimento mais significativo nos saldos das operações estruturadas, variação de R\$ 4,0 bilhões, e nos saldos dos haveres de legislação específica, acréscimo de R\$ 564,1 milhões.

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em fevereiro totalizou R\$ 133,2 bilhões, contra R\$ 130,8 bilhões em janeiro de 2009, aumento de R\$ 2,4 bilhões. Em proporção do PIB, passou de 4,4% no mês anterior para 4,5% em fevereiro.

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
BRASIL, 2008/2009

R\$ bilhões

Entidade	2009		
	FEV	JAN	FEV
FAT	127,6	134,8	136,0
Fundos Regionais	39,8	45,4	46,0
Demais	26,3	25,3	28,2
Total	193,7	205,4	210,3

Dívida Externa Líquida

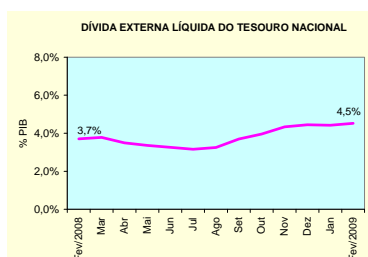
TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	FEV	JAN	FEV
I. DÍVIDA EXTERNA	103.213	131.144	133.600
I.1. Dívida Mobiliária	79.934	100.031	102.037
Euro	11.079	12.056	12.038
Global US\$	58.166	77.339	79.252
Global BRL	10.367	10.268	10.367
Demais	323	368	379
I.2. Dívida Contratual	23.278	31.113	31.562
Organismos Internacionais	19.363	26.067	26.512
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.915	5.046	5.051
II. HAVERES EXTERNOS	279	307	376
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	279	307	376
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	102.934	130.837	133.224
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	3,7%	4,4%	4,5%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

A Dívida Externa Líquida em fevereiro totalizou R\$ 133,2 bilhões, equivalentes a 4,5% do PIB.



Esse comportamento decorreu basicamente da desvalorização da moeda nacional frente às demais moedas que compõem a Dívida Pública Federal Externa. O impacto dessa variação cambial no mês foi de R\$ 2,8 bilhões. Houve ainda resgate líquido de R\$ 1,2 bilhão no período, além de apropriação de juros no valor de R\$ 817,0 milhões. Do estoque total, a dívida mobiliária corresponde a 76,4%, registrando R\$ 102,0 bilhões, e a dívida contratual, que totaliza R\$ 31,6 bilhões, representa 23,6% do total da dívida externa.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, FEV/2009

Discriminação	Saldo Jan/09	Fatores de Variação ¹⁷				Saldo Fev/09
		R\$ milhões				
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária	100.031	-	(1.039)	740	2.305	102.037
Global US\$	77.339	-	(721)	556	2.079	79.252
Euro	12.056	-	(318)	84	217	12.038
Global BRL	10.268	-	-	99	-	10.367
Demais	368	-	-	2	10	379
Dívida Contratual	31.113	16	(133)	77	490	31.562
Org. Internacionais	26.067	15	(94)	54	469	26.512
Bancos Priv./Ag. Gov.	5.046	1	(40)	23	21	5.051
Total	131.144	16	(1.173)	817	2.795	133.600

¹⁷ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 30,3 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 102,9

bilhões em fevereiro de 2008 para R\$ 133,2 bilhões em fevereiro de 2009. Em percentual do PIB, o aumento foi de 0,8 p.p.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Fevereiro 2009/2008

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Fev/2008	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2009
I. RECEITA TOTAL	50.116,0	55.681,6	63.541,4	54.830,1	56.207,5	62.844,4	58.451,1	60.006,9	65.795,2	55.273,6	69.330,2	62.843,4	48.344,8
I.1. Receitas do Tesouro	38.065,6	43.408,4	50.766,5	42.038,1	43.132,7	49.888,4	45.128,5	46.373,6	52.056,0	41.496,7	46.151,5	50.690,2	35.003,7
I.1.1. Receita Bruta	38.286,5	43.743,1	51.098,9	42.367,2	45.114,3	51.018,6	46.932,0	47.818,3	53.869,0	43.743,4	47.252,5	50.866,3	35.364,1
- Impostos	18.445,6	21.254,7	24.140,0	19.388,9	22.117,7	24.081,5	20.755,1	21.690,6	25.660,8	21.126,9	25.110,1	26.486,0	16.411,2
- Contribuições	15.903,6	15.877,9	18.456,8	16.237,5	18.547,3	19.007,8	17.630,0	18.237,2	20.324,5	17.659,0	18.758,0	16.598,0	13.930,3
- Demais ¹	3.937,3	6.610,6	8.502,1	6.740,8	4.449,3	7.929,3	8.546,9	7.890,4	7.883,7	4.957,5	5.554,3	6.001,7	5.022,6
I.1.2. (-) Restituições	-220,8	-334,7	-332,4	-329,1	-1.981,6	-1.530,2	-1.803,5	-1.444,6	-1.813,0	-2.246,7	-1.099,9	-176,1	-360,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,1	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	11.927,5	12.134,0	12.641,6	12.650,0	12.942,8	13.230,2	13.193,2	13.430,0	13.475,7	13.559,2	22.964,2	12.031,8	13.169,2
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	11.624,5	11.760,9	12.190,2	12.155,2	12.491,3	12.804,6	12.753,7	13.022,0	13.070,7	13.155,3	22.463,6	11.733,2	12.867,7
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	303,0	373,1	451,3	494,8	451,4	425,6	439,5	408,0	405,0	403,9	500,6	298,6	301,5
I.3. Receitas do Banco Central	122,9	139,2	133,3	141,9	132,0	125,7	129,4	203,3	263,4	217,7	214,6	121,4	171,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.350,3	9.891,9	10.442,0	11.894,4	9.442,9	9.265,8	12.080,6	9.530,0	10.182,9	14.261,4	14.515,9	10.457,2	10.934,3
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	9.317,6	7.398,4	8.559,2	8.993,9	7.782,7	7.109,9	8.617,3	7.625,4	7.281,2	9.120,7	11.592,0	8.888,8	8.279,2
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,7	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	460,4	0,0	0,0	370,7	0,0	0,0	276,2	0,0	0,0	273,9	0,0
II.4. Demais	2.032,7	2.005,1	1.259,9	2.738,0	1.497,7	1.622,7	3.300,8	1.742,0	1.813,0	3.545,4	1.594,2	1.132,0	2.492,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	38.765,7	45.789,8	53.099,4	42.935,7	46.764,6	53.578,6	46.370,5	50.477,0	55.612,3	41.012,2	54.814,3	52.386,2	37.410,5
IV. DESPESA TOTAL	33.548,4	35.182,9	36.378,7	37.385,2	38.843,9	46.376,8	40.103,1	44.343,8	40.747,3	45.434,0	60.593,3	48.410,6	38.336,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais⁴	9.506,4	9.031,8	9.074,9	9.387,7	10.029,8	13.016,3	9.524,0	9.949,1	10.422,2	12.456,1	15.859,9	16.495,0	11.181,5
IV.2. Benefícios Previdenciários	13.954,8	14.769,9	15.428,8	15.403,5	15.806,1	15.407,5	17.253,5	20.846,5	15.384,9	17.783,9	21.226,7	18.369,5	15.756,4
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	11.218,0	11.808,7	12.342,2	12.329,5	12.659,3	12.343,3	13.683,5	16.708,8	12.337,8	14.131,0	17.005,2	14.689,1	12.599,5
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	2.736,9	2.961,2	3.086,6	3.074,0	3.146,8	3.064,2	3.570,1	4.137,7	3.047,1	3.652,9	4.221,5	3.680,5	3.156,9
IV.3. Custeio e Capital	9.901,5	11.128,2	11.628,6	12.369,7	12.783,3	17.706,0	13.088,6	13.130,3	14.517,4	14.819,7	23.087,8	13.346,9	11.146,7
IV.3.1. Despesa do FAT	1.373,8	1.197,0	1.174,0	1.450,2	1.231,5	3.342,4	2.651,4	1.911,4	2.297,3	1.581,0	1.708,8	1.465,5	1.553,8
- Abono e Seguro Desemprego	1.354,2	1.167,9	1.147,1	1.416,6	1.197,0	3.286,2	2.610,2	1.866,8	2.221,1	1.513,1	1.590,0	1.424,3	1.511,6
- Demais Despesas do FAT	19,6	29,1	26,9	33,5	34,5	56,2	41,2	44,7	76,2	67,9	118,8	41,2	42,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	173,3	483,3	555,6	326,5	521,3	1.299,0	-1.304,3	410,0	836,5	1.064,4	1.204,3	1.077,8	186,0
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	115,8	254,4	316,3	114,3	257,5	1.125,6	-1.647,4	240,6	737,2	687,7	872,8	753,8	134,6
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	57,5	228,9	239,3	212,2	263,8	173,5	343,2	169,4	99,3	376,7	331,5	324,0	51,3
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.201,0	1.267,6	1.331,1	1.334,0	1.498,9	1.344,7	1.351,8	1.366,8	1.375,4	1.378,4	1.392,1	1.385,5	1.467,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.153,4	8.180,3	8.568,0	9.259,0	9.531,6	11.719,9	10.389,6	9.442,0	10.008,1	10.796,0	18.782,6	9.417,2	7.939,1
- Outras Despesas de Custeio	6.041,1	6.663,9	7.084,8	7.201,8	7.091,7	8.726,1	7.355,0	7.094,9	8.223,0	7.874,7	13.467,1	7.923,4	6.728,7
- Outras Despesas de Capital ⁶	1.112,3	1.516,4	1.483,2	2.057,2	2.439,9	2.993,8	3.034,6	2.347,1	1.785,1	2.921,3	5.315,5	1.493,8	1.210,4
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	68,2	81,9	74,0	63,3	72,3	68,1	68,2	74,6	196,6	106,0	145,9	54,2	107,8
IV.5. Despesas do Banco Central	117,5	171,1	172,3	161,0	152,4	178,9	168,8	343,2	226,3	268,3	273,0	145,0	144,3
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.244,00	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	5.217,3	10.606,9	16.720,7	5.550,5	7.920,7	7.201,8	6.267,5	6.133,2	14.865,0	-4.421,8	-20.023,00	3.975,6	-926,2
VI.1. Tesouro Nacional	7.239,2	13.274,6	19.546,9	8.323,0	10.804,4	9.432,3	10.367,2	13.689,6	16.737,0	-146,5	-21.702,1	10.336,9	1.633,3
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-2.027,3	-2.635,9	-2.787,2	-2.753,5	-2.863,3	-2.177,3	-4.060,3	-7.416,5	-1.909,2	-4.224,7	1.737,5	-6.337,7	-2.587,2
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	406,5	-47,8	-152,0	-174,3	-168,0	461,3	-929,7	-3.686,8	732,9	-975,7	5.458,4	-2.955,9	268,2
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-2.433,8	-2.588,1	-2.635,2	-2.579,2	-2.695,4	-2.638,6	-3.130,6	-3.729,7	-2.642,1	-3.249,0	-3.720,9	-3.381,8	-2.855,4
VI.3. Banco Central ⁹	5,4	-31,8	-39,0	-19,1	-20,4	-53,2	-39,4	-139,9	37,2	-50,6	-58,4	-23,6	27,6
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	143,2	146,3	141,1	138,5	134,4	131,3	70,5	100,5	74,9	0,0	0,0	194,6	173,6
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.272,3	286,1	-1,2	-772,6	-988,0	441,0	915,0	-1.060,2	-474,4	1.139,1	-729,4	625,7	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	4.088,2	11.039,3	16.860,6	4.916,4	7.067,1	7.774,1	7.253,0	5.173,5	14.465,6	-3.282,7	-20.752,4	4.795,8	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-10.407,0	-7.795,2	-10.473,1	-10.396,8	-8.214,8	-9.882,8	-5.727,4	-4.160,2	-3.478,8	-4.884,7	-14.308,6	-14.308,6	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	-6.318,8	3.244,1	6.387,5	-5.480,3	-1.147,7	-2.108,7	1.525,6	1.013,2	10.986,7	-8.167,5	-35.061,0	-9.512,8	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	766,9	639,1	594,1	685,6	672,8	760,5	691,4	653,3	893,7	1.343,9	1.142,4	850,0	689,1
RMV ⁵	151,9	156,3	161,1	161,7	177,4	105,2	155,1	153,7	152,5	151,3	271,1	149,0	156,7

¹ Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

² Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

³ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

⁴ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁵ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁶ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁷ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

⁸ Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66), conforme detalhamento na tabela A8.

⁹ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

¹⁰ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

¹¹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹² Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹³ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Fev/2008	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2009
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	59.324,0	54.872,4	58.862,3	60.782,1	57.723,1	59.325,6	65.917,3	59.770,2	61.998,8	66.575,9	80.010,6	47.940,7	55.834,6
I.1 - Recolhimento Bruto	44.947,2	38.230,3	42.574,1	44.534,4	41.049,4	42.385,8	49.466,0	42.291,3	44.535,3	49.654,8	52.163,7	32.117,3	39.412,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.541,3	1.607,5	1.593,3	1.588,4	1.659,5	1.577,0	1.216,3	1.963,7	1.753,6	1.175,8	2.136,9	1.576,6	1.121,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	87,6	187,4	142,2	141,9	127,4	134,7	248,4	180,3	299,2	102,8	326,0	96,3	144,7
I.5 - Receita do Salário Educação	720,9	727,7	746,9	735,8	755,4	794,3	777,3	816,8	810,6	807,0	826,7	1.419,6	819,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	12.027,0	14.119,6	13.805,8	13.781,5	14.131,4	14.433,8	14.209,3	14.518,2	14.600,1	14.835,4	24.557,4	12.731,0	14.336,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	47.441,1	51.389,8	53.213,8	56.291,7	60.641,5	64.255,8	49.005,2	54.756,8	48.764,0	67.037,4	61.135,6	73.726,5	51.046,2
II.1 - Liberações Vinculadas	13.733,2	10.994,6	12.436,4	13.907,4	11.332,5	11.274,5	14.217,2	11.648,5	12.292,7	16.506,4	15.469,4	8.392,8	8.840,0
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	9.933,5	7.883,5	9.121,5	9.585,5	8.292,8	7.572,0	9.181,7	8.122,5	7.754,2	9.720,2	12.222,9	5.069,0	4.718,1
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.717,3	634,9	1.038,7	1.894,5	661,4	1.129,6	2.434,1	848,1	1.178,1	2.636,2	671,8	780,7	1.347,9
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,8	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.082,5	1.987,8	2.113,7	2.265,0	2.215,8	2.410,4	2.438,9	2.515,5	2.547,9	2.554,7	1.244,9	2.380,7	2.611,5
II.2 - Liberações Ordinárias	33.707,8	40.395,2	40.777,4	42.384,2	49.309,0	52.981,3	34.788,0	43.108,3	36.471,2	50.531,0	45.666,2	65.333,7	42.206,1
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.454,1	9.735,0	10.097,9	10.844,5	13.571,2	10.926,4	10.536,1	11.035,2	11.537,6	17.444,8	14.171,8	17.563,4	12.168,4
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	610,5	660,0	1.615,2	1.624,5	636,3	3.254,8	1.434,0	45,0	0,8	81,2	493,5	2.565,4	885,4
i) Dívida Contratual Interna	103,2	103,9	112,7	96,0	104,0	96,3	101,0	102,5	101,8	62,1	72,1	52,0	178,1
ii) Dívida Contratual Externa	507,2	556,2	1.502,6	1.528,5	532,3	3.158,5	1.333,1	-57,5	-100,9	19,2	421,5	2.513,4	707,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.940,1	6.387,5	4.519,6	6.501,4	6.852,7	11.019,1	2.761,5	4.387,0	2.152,2	6.041,4	5.387,0	16.229,6	3.022,2
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	13.518,2	15.408,3	15.433,0	14.903,9	18.397,7	18.233,1	12.160,9	18.904,3	12.765,2	16.377,2	10.909,6	22.060,5	18.085,6
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.004,6	7.868,6	8.692,4	8.246,5	9.677,6	9.240,9	7.740,9	8.548,5	9.525,9	10.328,3	14.293,5	6.312,4	7.892,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	180,3	335,8	419,3	263,4	173,6	307,1	154,5	188,2	489,6	258,1	410,8	602,4	151,6
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	11.882,9	3.482,7	5.648,6	4.490,5	-2.918,4	-4.930,3	16.912,2	5.013,4	13.234,8	-461,5	18.875,0	-25.785,8	4.788,4
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	34.613,8	21.769,9	23.645,7	18.621,8	38.064,0	21.375,8	19.965,2	8.888,4	10.107,0	13.618,9	68.171,1	31.768,6	20.720,9
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	33.100,6	20.876,5	22.076,2	17.342,4	36.991,6	20.699,5	19.202,7	7.777,9	9.243,1	12.867,2	66.843,8	30.903,9	19.221,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.513,2	893,4	1.569,6	1.279,4	1.072,4	676,3	762,5	1.110,5	863,9	751,7	1.327,3	864,7	1.499,9
V. DESPESAS	1.345,8	22.404,9	59.805,9	2.041,4	20.603,6	65.622,6	3.966,6	18.412,7	26.669,0	2.555,5	21.618,0	74.620,5	3.301,5
V.1 - Amortização da Dívida Interna	529,2	21.006,6	59.800,3	1.367,6	20.347,7	64.595,9	3.220,7	18.278,5	26.556,3	2.466,0	21.462,8	72.765,0	1.472,1
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	384,9	20.868,5	59.653,4	1.220,6	20.195,3	64.450,9	3.068,5	18.126,1	26.385,2	2.273,6	21.277,0	72.670,4	1.167,8
V.1.2 - Dívida Contratual	144,3	138,1	146,8	147,0	152,4	145,0	152,1	152,5	171,1	192,4	185,8	94,6	304,3
V.2 - Amortização da Dívida Externa	816,5	1.398,3	5,6	673,8	255,8	1.026,7	745,9	134,2	112,8	89,4	155,1	1.855,4	1.829,4
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	32.715,7	8,0	-37.577,3	16.121,8	16.796,2	-43.751,3	16.134,2	-10.348,2	-17.142,1	10.593,6	45.566,8	-41.766,5	18.053,3
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	3.909,1	6.232,6	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5	-35.790,1	832,7
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	49.060,1	9.080,4	-32.491,9	24.824,2	40.786,6	-75.875,7	35.733,8	1.085,4	-2.215,0	11.084,8	97.420,6	-104.427,7	23.040,5

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Fev/2008	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2009
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	4.709,1	6.232,6	14.519,7	5.753,4	26.244,5	2.301,3	4.022,9	5.596,3	17.412,2	2.682,9	31.992,5	1.709,9	1.832,7
I.1. Emissão de Títulos	2.259,5	3.395,3	12.277,8	3.265,8	23.126,4	0,0	1.496,8	0,0	15.896,9	0,0	29.469,3	0,0	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.309,2	2.696,1	2.118,0	2.360,7	2.979,1	2.191,3	2.312,3	2.163,4	1.357,3	2.401,8	2.274,9	1.579,6	1.666,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	140,5	141,3	123,9	126,8	139,1	110,1	213,8	183,8	157,9	281,1	248,3	130,2	166,4
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.249,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	800,0	0,0	16.500,0	2.000,0	0,0	29.000,0	1.200,0	0,0	16.300,0	2.200,0	0,0	37.500,0	1.000,0
II.1. Resgate de Títulos	0,0	0,0	15.000,0	0,0	0,0	23.500,0	693,5	0,0	16.300,0	0,0	0,0	30.000,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	800,0	0,0	1.500,0	2.000,0	0,0	5.500,0	506,5	0,0	0,0	2.200,0	0,0	7.500,0	1.000,0
III. RESULTADO (I - II)	3.909,1	6.232,6	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5	-35.790,1	832,7

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Fev/2008	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2009
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	44,6	38,5	39,9	1,6	1,0	46,0	1,0	29,9	133,3	60,3	3,1	105,4	71,8
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,4	0,9	2,7	0,9	0,5	2,8	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	15,9	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	39,3	125,2	196,6	61,5	-36,9	59,0	-5,8	-16,1	-22,1	206,1	125,1	249,5	130,4
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,1	1,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	3,5	0,1	2,3	8,5
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-31,9	-1,1	-1,3	-78,5	-56,9	-0,1	-30,8	-36,2	-62,4	132,4	76,0	140,7	86,9
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	70,0	125,0	197,5	140,0	20,0	59,0	25,0	20,0	40,3	70,2	49,0	106,5	35,0
IV. PRONAF	34,0	61,2	47,9	20,4	49,1	85,6	-2,1	18,8	189,6	25,9	140,5	222,8	7,2
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	41,4	39,9	51,0	14,8	7,6	74,0	12,7	13,2	102,3	42,1	9,9	388,6	197,3
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	-7,4	21,3	-3,2	5,6	41,5	11,5	-14,8	5,6	87,3	-16,2	130,5	31,4	4,2
V. PROEX	-10,5	55,4	42,7	66,3	-12,9	51,5	-27,9	44,6	32,2	58,5	-50,5	89,9	-110,3
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	11,3	82,2	37,3	14,6	0,9	34,9	26,6	25,9	47,2	25,3	0,8	179,7	90,8
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-21,8	-26,8	5,4	51,7	-13,8	16,6	-54,6	18,7	-15,1	33,1	-51,3	1,1	-111,2
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	54,4	4,5	15,3	7,5	91,1	57,5	8,6	2,1	1,1	32,3	187,4	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	135,4	146,6	0,0	0,0	1,4	0,0	48,7	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	23,6	22,1	20,0	24,8	76,9	89,7	48,9	119,5	115,7	138,1	233,0	66,2	58,1
XI. FUNCAFÉ	0,0	1,7	0,8	1,0	7,5	0,6	0,3	1,6	0,9	1,4	3,7	21,0	4,0
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-70,0	-55,1	-49,6	-69,7	-54,2	586,5	-1.670,8	-9,7	107,3	-30,9	-19,5	-16,9	-26,6
XIII. TOTAL	115,8	254,4	316,3	114,3	257,5	1.125,6	-1.647,4	190,6	559,6	491,8	671,6	753,8	134,6

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Fev/2008	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2009
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	602.298,4	601.469,9	592.388,5	594.780,9	622.143,9	625.730,9	625.853,6	624.506,8	614.743,6	618.211,8	699.243,7	711.250,2	714.963,9
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9
DPMFi em Poder do Público ¹¹	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7
DPMFi em Poder do Banco Central	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2
Demais Obrigações Internas	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1
I.2. HAVERES INTERNOS	1.003.412,3	1.017.909,1	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.064.852,8	973.868,4	999.388,1
Disponibilidades Internas	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3
Haveres junto aos Governos Regionais	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7
Haveres da Administração Indireta	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.225,0	205.422,4	210.270,0
Haveres Administrados pela STN	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	102.933,6	105.949,9	99.312,1	97.301,5	95.817,2	93.260,1	96.053,5	110.044,8	118.724,4	129.555,8	132.187,0	130.836,8	133.223,7
II.1. DÍVIDA EXTERNA	103.212,6	106.245,4	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2	131.143,7	133.599,5
Dívida Mobiliária	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1
Dívida Contratual	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4
II.2. HAVERES EXTERNOS	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	705.232,0	707.419,8	691.700,6	692.082,5	717.961,0	718.991,0	721.907,1	734.551,6	733.468,0	747.767,6	831.430,7	842.087,0	848.187,6
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹²	25,4%	25,3%	24,3%	23,9%	24,4%	24,3%	24,4%	24,6%	24,4%	25,0%	28,0%	28,4%	28,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

¹² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Fev/2008	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2009
I. DÍVIDA INTERNA	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7
LFT	427.528,3	416.874,2	430.655,2	439.055,9	429.755,1	443.454,3	451.294,9	437.680,8	444.700,2	455.979,6	453.131,4	470.624,3	482.269,0
LTN	311.502,5	318.195,8	275.462,0	282.701,9	287.882,0	226.629,7	232.314,2	238.952,8	223.739,5	229.185,0	239.143,0	178.147,5	188.118,3
NTN-B	255.441,5	262.812,9	268.895,5	269.988,9	276.941,7	283.994,5	285.561,7	289.519,7	293.054,3	290.260,5	298.888,3	304.538,4	306.455,2
NTN-C	65.992,7	66.713,2	54.820,0	56.087,9	57.654,0	57.396,2	57.181,0	57.578,7	58.042,0	58.705,1	59.116,7	57.533,5	58.074,4
NTN-F	131.810,6	135.086,9	138.853,2	142.544,8	145.770,1	145.323,2	152.325,3	158.098,4	162.572,9	164.189,2	168.021,5	164.264,0	166.110,4
Dívida Securitizada	20.913,3	21.054,3	21.108,6	20.511,7	20.610,2	19.793,0	16.295,2	13.236,6	13.399,9	13.912,7	15.089,3	14.959,9	14.902,3
Demais Títulos em Poder do Público	28.975,1	29.289,4	28.919,3	28.716,9	28.676,7	27.813,9	28.222,6	29.668,1	30.763,2	32.161,6	31.432,9	31.029,3	31.469,1
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4
LFT	92.145,6	96.333,7	100.641,9	102.912,6	121.691,7	122.995,2	125.749,3	127.136,1	139.587,9	141.013,3	187.345,5	189.309,2	190.929,0
LTN	140.734,9	142.040,4	135.666,5	138.801,0	150.946,6	125.443,1	126.635,6	127.866,9	116.891,7	117.971,9	131.148,6	98.927,1	99.801,8
Demais Títulos na Carteira do BCB	123.340,9	124.624,8	125.944,6	125.631,1	151.026,4	150.143,6	149.972,1	151.311,7	153.669,6	153.020,6	175.816,8	174.130,0	174.785,6
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1
II. DÍVIDA EXTERNA	103.212,6	106.245,4	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2	131.143,7	133.599,5
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1
Euro	11.079,4	12.050,1	10.578,6	10.251,9	10.103,7	9.925,1	9.812,4	10.869,3	10.945,2	12.132,9	13.359,3	12.055,8	12.038,3
Global US\$	58.165,5	58.955,0	55.050,8	53.938,7	53.000,9	51.456,9	53.556,5	62.963,4	69.042,0	75.871,7	76.433,3	77.339,1	79.252,4
Global BRL	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9
Demais Títulos Externos	322,5	299,8	290,6	282,1	276,9	273,9	287,1	298,1	331,0	366,9	369,3	367,8	379,4
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4
Organismos Multilaterais	19.363,4	20.362,2	19.419,2	18.956,1	18.461,6	18.141,4	18.719,6	21.565,9	23.666,4	25.864,6	26.514,2	26.066,7	26.511,7
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.914,8	4.112,4	3.705,4	3.482,9	3.505,9	3.449,7	3.578,3	4.201,6	4.535,1	5.084,1	5.073,2	5.046,3	5.050,7
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.708.923,2	1.725.624,3	1.686.297,2	1.709.917,2	1.771.591,5	1.700.621,5	1.726.495,1	1.745.532,5	1.759.575,4	1.790.257,9	1.896.608,7	1.816.262,2	1.847.951,5
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	61,5%	61,6%	59,3%	59,0%	60,2%	57,5%	58,4%	58,6%	58,6%	59,8%	63,8%	61,3%	62,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Fev/2008	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2009
I. HAVERES INTERNOS	1.003.412,3	1.017.909,1	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.064.852,8	973.868,4	999.388,1
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7
Bônus Renegociados	7.162,2	7.403,7	6.935,1	6.671,3	6.487,0	6.351,6	6.618,2	7.757,4	8.171,8	9.012,7	9.019,1	8.864,6	9.078,5
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.047,9	3.023,2	2.999,4	2.975,0	2.951,5	2.930,9	2.908,9	2.887,5	2.868,6	2.844,5	2.822,9	2.800,8	2.773,4
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.408,7	10.426,5	10.477,4	10.572,3	10.748,1	10.927,7	11.026,2	11.002,2	11.017,5	11.113,0	11.096,0	11.071,2	11.047,3
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.693,3	1.703,3	1.650,9	1.573,5	1.257,6	1.226,0	1.239,0	1.343,8	1.411,3	1.449,1	1.102,9	1.068,2	1.061,8
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	43.162,4	42.922,1	42.702,2	42.587,5	42.464,0	42.372,9	42.276,3	42.050,3	41.873,0	41.761,1	41.562,9	41.366,3	41.048,4
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	292.405,9	293.670,9	295.867,2	299.413,5	305.084,1	311.026,1	314.951,9	313.672,6	316.152,6	320.177,9	320.256,3	319.145,6	319.776,9
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	45.417,4	45.665,6	46.055,0	46.633,4	47.570,7	48.587,9	49.380,0	49.143,2	49.399,1	50.201,2	50.141,2	50.076,5	50.348,6
Antecipação de Royalties	13.283,3	13.172,5	13.124,1	12.645,7	12.833,4	13.015,1	13.077,3	12.955,3	12.995,3	13.110,1	13.079,5	12.943,0	12.226,0
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.821,5	2.811,6	2.786,7	2.763,0	2.749,8	2.740,5	2.753,1	2.791,5	2.824,5	2.872,6	2.879,5	2.831,8	2.832,9
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.225,0	205.422,4	210.270,0
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	127.584,9	128.539,6	129.218,7	130.270,5	130.822,2	129.479,8	130.746,2	132.044,7	133.553,8	134.930,6	136.995,3	134.762,1	136.047,0
Fundos Constitucionais Regionais	39.767,9	40.298,2	40.740,6	41.341,8	41.789,2	42.346,9	42.781,2	43.323,7	43.940,2	44.385,5	44.909,7	45.387,3	46.034,4
Fundos Diversos	26.338,6	26.250,3	26.447,8	25.348,0	26.168,9	26.867,5	25.967,8	26.042,4	26.500,3	27.001,8	28.320,0	25.273,0	28.188,6
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.530,9	5.531,8	5.534,2	5.536,8	5.540,2	5.542,0	5.545,1	5.544,8	5.551,3	5.554,0	5.556,7	5.559,0	5.561,1
Haveres de Operações Estruturadas	43.324,9	43.934,5	43.791,1	43.860,1	44.103,4	44.310,9	44.923,5	46.655,0	48.138,5	49.751,7	50.075,7	50.004,3	53.984,2
Haveres Originários de Privatizações	7.069,0	7.070,1	7.071,3	7.072,7	7.074,2	7.077,4	7.079,9	7.423,1	7.427,3	7.429,6	7.433,2	7.428,9	7.421,6
Haveres de Legislação Específica	25.144,3	35.279,3	35.130,4	35.103,2	37.798,8	38.078,5	38.880,5	45.973,0	52.746,0	55.090,1	55.368,0	60.155,2	60.719,3
Demais Haveres Administrados pela STN	26.549,5	26.543,0	26.550,7	26.409,2	26.327,0	26.265,6	26.464,2	27.051,7	27.511,7	28.436,6	28.796,6	28.892,9	29.004,9
II. HAVERES EXTERNOS	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.003.691,2	1.018.204,6	994.596,6	1.017.834,8	1.053.630,4	981.630,5	1.004.588,1	1.010.980,9	1.026.107,4	1.042.490,3	1.065.178,0	974.175,2	999.763,9
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	36,1%	36,4%	35,0%	35,1%	35,8%	33,2%	34,0%	33,9%	34,2%	34,9%	35,9%	32,9%	33,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO FEVEREIRO 2009/2008 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2008						2009					
	Dotação autorizada no ano ²	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ³	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	364.418,1	-	-	-	1.065,2	1.065,2	279.229,7	18.010,5	169,6	169,5	3.762,9	3.932,4
Senado Federal	75.801,6	-	-	-	946,8	946,8	47.287,9	5.686,6	594,4	581,0	1.521,2	2.102,2
Tribunal de Contas da União	61.538,6	-	-	-	6.979,2	6.979,2	44.069,8	100,8	6,4	6,4	4.838,0	4.844,5
Supremo Tribunal Federal	70.468,6	-	-	-	19.261,3	19.261,3	79.888,4	1.154,5	48,7	48,7	2.375,8	2.424,5
Superior Tribunal de Justiça	15.409,6	-	-	-	1.151,6	1.151,6	14.385,0	865,8	8,0	8,0	4.522,6	4.530,6
Justiça Federal ⁴	258.441,5	268.119,3	171.769,5	171.769,5	25.334,9	197.104,4	284.901,7	274.673,1	233.074,9	233.064,2	23.401,4	256.465,7
Justiça Militar	7.439,7	-	-	-	470,2	470,2	10.665,7	44,3	2,0	2,0	410,2	412,2
Justiça Eleitoral	277.400,0	752,9	-	-	27.184,6	27.184,6	165.001,3	3.061,2	51,4	43,8	19.432,0	19.475,9
Justiça do Trabalho	180.570,6	-	-	-	26.647,0	26.647,0	230.819,1	38.427,7	110,6	76,0	24.731,6	24.807,6
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	32.596,9	-	-	-	10.297,2	10.297,2	65.146,0	1.651,4	641,7	640,9	6.566,2	7.207,0
Presidência da República ⁵	1.329.974,6	-	-	-	25.219,8	25.219,8	1.763.765,9	275.483,6	749,8	67,2	47.256,2	47.323,4
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	52.391,4	-	-	-	3.403,8	3.403,8	407.330,6	3.574,2	31,0	-	619,7	619,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	761.480,4	0,0	-	-	30.240,0	30.240,0	1.172.208,0	7.038,4	417,9	326,7	62.379,3	62.705,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.138.170,3	-	-	-	49.889,1	49.889,1	1.479.714,5	77.434,1	48.170,9	13.094,7	82.729,1	95.823,7
Ministério da Fazenda	489.769,1	6.286,2	174,4	174,4	18.004,5	18.178,9	532.204,2	19.638,6	2.289,7	2.082,3	13.587,7	15.670,0
Ministério da Educação	2.857.114,1	55,4	-	-	369.529,1	369.529,1	5.023.403,8	262.404,1	6.129,0	3.643,3	228.207,9	231.851,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	196.374,7	-	-	-	14.286,1	14.286,1	172.473,3	1.241,1	771,3	760,9	3.491,1	4.252,0
Ministério da Justiça	1.273.424,7	524,1	0,4	-	60.283,2	60.283,2	913.695,7	44.712,3	447,1	444,4	45.276,0	45.720,4
Ministério de Minas e Energia	64.891,2	-	-	-	3.717,6	3.717,6	77.085,6	4.698,7	612,0	605,5	3.419,1	4.024,6
Ministério da Previdência Social	139.623,2	4.564,4	-	-	7.927,2	7.927,2	239.477,7	4.304,3	-	-	11.047,6	11.047,6
Ministério Público da União	172.634,8	-	-	-	29.748,1	29.748,1	149.092,1	9.734,7	31,4	31,4	18.876,4	18.907,7
Ministério das Relações Exteriores	38.569,2	-	-	-	253,8	253,8	122.416,0	4.835,6	4.396,5	4.396,5	1.447,3	5.843,8
Ministério da Saúde	3.365.689,1	-	-	-	144.050,3	144.050,3	3.644.624,5	18.588,8	2.122,2	2.096,3	187.925,2	190.021,5
Ministério do Trabalho e Emprego	121.015,0	-	-	-	1.117,5	1.117,5	82.768,4	6,4	2,9	2,9	3.270,4	3.273,3
Ministério dos Transportes	9.432.409,0	50.151,7	-	-	489.107,8	489.107,8	10.514.542,2	946.369,0	117.367,4	117.367,4	582.339,8	699.707,2
Ministério das Comunicações	50.715,5	-	-	-	3.300,3	3.300,3	99.929,8	8,7	2,4	2,4	14.804,9	14.807,3
Ministério da Cultura	247.756,1	-	-	-	7.494,5	7.494,5	228.897,1	763,3	19,3	17,6	11.338,9	11.356,5
Ministério do Meio Ambiente	167.158,7	-	-	-	5.535,2	5.535,2	180.638,0	307,7	16,4	16,4	5.108,6	5.125,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.882.839,7	65,1	0,4	0,4	159.779,6	159.780,0	2.226.337,7	477.544,3	6.870,8	6.870,8	75.745,1	82.615,9
Ministério do Esporte	898.338,3	-	-	-	27.191,1	27.191,1	1.006.549,9	-	-	-	43.564,8	43.564,8
Ministério da Defesa	4.249.086,7	-	-	-	245.714,9	245.714,9	4.780.703,1	117.464,5	9.675,2	8.916,4	327.532,2	336.448,6
Ministério da Integração Nacional	4.344.541,1	9.581,5	-	-	114.936,0	114.936,0	5.165.054,3	266.073,9	147,3	133,9	139.818,0	139.951,9
Ministério do Turismo	2.024.258,3	9.574,5	-	-	2.007,9	2.007,9	2.150.741,3	14,3	8,0	8,0	27.880,7	27.888,6
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	177.913,7	-	-	-	3.595,5	3.595,5	256.025,5	40.008,9	-	-	34.409,9	34.409,9
Ministério das Cidades	5.414.548,8	150,0	-	-	266.952,7	266.952,7	8.884.404,2	79.970,0	14.890,0	14.390,1	230.634,9	245.025,0
TOTAL	42.234.772,7	349.825,2	171.944,7	171.944,3	2.202.623,5	2.374.567,8	52.495.478,0	3.005.895,1	449.876,0	409.915,5	2.294.272,6	2.704.188,1

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Considerou-se a dotação autorizada na Lei Orçamentária Anual, nº 11.647, sancionada em 24/3/2008.

³ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

⁴ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁵ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIV - nº 2 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Fevereiro / 2009

Comentários

Em Fevereiro de 2009, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de - 6,8 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.428.284,4 (mil), em Fevereiro de 2009, ante R\$ 6.895.390,8 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2008		2009			Variação Nominal			
	Janeiro	Fevereiro	Janeiro a Janeiro	Janeiro	Fevereiro	Janeiro a Janeiro	Fev / 2009	Fev / 2009	Jan a Fev / 2009
			Fevereiro			Fevereiro	Jan / 2009	Fev / 2008	Jan a Fev / 2008
FPM	3.432.358,3	3.772.425,6	7.204.783,9	3.526.052,2	3.287.191,0	6.813.243,2	-6,8%	-12,9%	-5,4%
FPE	3.279.808,9	3.604.762,0	6.884.570,9	3.369.338,6	3.141.093,4	6.510.432,1	-6,8%	-12,9%	-5,4%
IPI-Exp	215.329,2	232.487,4	447.816,6	215.688,2	195.087,0	410.775,3	-9,6%	-16,1%	-8,3%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 20%

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
FEVEREIRO	+ 0,5 %	- 6,8 %	+ 0,5 %	- 6,8 %	- 3,0 %	- 9,6 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	MAR/FEV	ABR/MAR	MAI/ABR
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 18,0 %	+ 50,0 %	- 10,0 %
IPI - EXP	- 11,0 %	+ 39,0 %	+ 24,0 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/01/2009 a 20/02/2009, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JAN/3º DEC	1.656.337	11.186.071	12.842.408	FEV/1º DEC	2.208.894	2.311.633	132.507	4.653.035
FEV/1º DEC *	355.172	1.098.719	1.453.891	FEV/2º DEC	250.069	261.700	28.414	540.183
FEV/2º DEC	427.080	3.538.793	3.965.872	FEV/3º DEC	682.130	713.857	34.166	1.430.153
TOTAL	2.438.588	15.823.583	18.262.171	TOTAL	3.141.093	3.287.191	195.087	6.623.371

Observações:

Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais;

Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);

* Inclui ajuste da arrecadação do IR do 1º e 2º decêndios de jan/09 atendendo Acórdão TCU 2027/06 no valor líquido de R\$ 2.742 mil

Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB;

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	17.159,9	107.456,8	27,8
ALAGOAS	AL	77.891,5	130.672,6	577,1
AMAZONAS	AM	46.132,3	87.649,1	2.349,1
AMAPÁ	AP	11.490,4	107.174,1	183,1
BAHIA	BA	298.881,1	295.143,4	13.097,2
CEARÁ	CE	170.937,2	230.458,9	1.730,5
DISTRITO FEDERAL	DF	5.383,5	21.679,8	193,5
ESPÍRITO SANTO	ES	56.528,7	47.116,4	8.002,1
GOIÁS	GO	119.053,0	89.304,4	3.091,4
MARANHÃO	MA	136.649,7	226.730,4	2.015,0
MINAS GERAIS	MG	430.823,1	139.920,0	23.459,6
MATO GROSSO DO SUL	MS	49.917,2	41.839,4	1.308,9
MATO GROSSO	MT	60.607,3	72.493,3	2.299,5
PARÁ	PA	119.449,4	191.983,6	9.058,6
PARAÍBA	PB	105.935,9	150.423,8	410,9
PERNAMBUCO	PE	164.874,9	216.741,7	1.198,4
PIAUI	PI	83.422,2	135.739,2	56,5
PARANÁ	PR	224.660,8	90.564,0	18.711,4
RIO DE JANEIRO	RJ	96.654,6	47.986,5	30.860,4
RIO GRANDE DO NORTE	RN	81.304,6	131.231,7	326,7
RONDÔNIA	RO	29.812,4	88.440,6	610,0
RORAIMA	RR	20.642,3	77.921,1	9,3
RIO GRANDE DO SUL	RS	222.800,1	73.966,5	22.924,5
SANTA CATARINA	SC	127.520,9	40.199,7	13.333,8
SERGIPE	SE	47.631,5	130.521,9	170,3
SÃO PAULO	SP	434.542,5	31.410,9	39.017,4
TOCANTINS	TO	46.484,2	136.323,5	63,7
TOTAL		3.287.191,0	3.141.093,4	195.087,0

Obs.: Deduzidos 20% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa

Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026

E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br